

A RESILIÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

LUÍS CUNHA

luisfmcunha@gmail.com

Doutorado em Relações Internacionais, é investigador integrado no Instituto do Oriente (ISCSP/Universidade de Lisboa, Portugal). Autor de vários livros sobre geopolítica da China, incluindo: *China: Cooperação e Conflito na Questão de Taiwan* (2010), *A Hora do Dragão – Política Externa da China* (2012), *China na Grande Guerra – A Conquista da Nova Identidade Internacional* (2014) e *China's Techno-Nationalism in the Global Era – Strategic Implications for Europe* (2016). Tem vários artigos publicados em revistas, nacionais e estrangeiras, na área da geopolítica da Ásia-Pacífico.

Resumo

Ao perfazer 100 anos de actividade, o Partido Comunista da China (PCC) evidencia e projeta um modelo singular de desenvolvimento político e social. Tomando por inspiração metodológica a proposta de Samuel P. Huntington para o estudo do fenómeno político, designadamente quanto à adaptabilidade da sede do poder, procuraremos focar algumas das variáveis que justificarão a perenidade do PCC.

A cultura e a ideologia dinamizam um processo evolutivo sem paralelo nos quadros sistémicos convencionais, legitimado por um figurino com intrínsecas características chinesas. O aparente excecionalismo chinês, baseado numa forte visão nacionalista, é veiculado através de uma “nova era” transformacional. As correntes académicas ocidentais denotam dificuldade em enquadrarem este fenómeno com implicações globais.

Palavras-chave

Partido Comunista da China; Xi Jinping; sonho chinês; nacionalismo; centenário

Como citar este artigo

Cunha, Luís (2022). A resiliência do Partido Comunista da China. In Janus.net, e-journal of international relations. Vol. 13, Nº 1, Maio-Outubro 2022. Consultado [em linha] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.13.1.3>

Artigo recebido em 10 Maio 2021 e aceite para publicação em 9 Outubro 2021





A RESILIÊNCIA DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

LUÍS CUNHA

Introdução

O cientista político Samuel P. Huntington considerava que a institucionalização de um sistema político podia medir-se pela adaptabilidade, autonomia e coerência das suas organizações e procedimentos.

A definição moldar-se-á com perfeição ao centenário Partido Comunista da China (PCC), que não só soube superar as inúmeras adversidades da sua longa trajetória, como surge agora, no primeiro quartel do século XXI, aparentemente fortalecido no domínio do seu desígnio ideológico de desenvolvimento para a China.

Assumindo abertamente um projeto autónomo, diferenciado dos modelos enraizados nas propostas das democracias liberais do Ocidente, o PCC e a sua liderança evidenciam os predicados de uma cultura civilizacional e política singulares, transportadora de presumíveis mais-valias – na versão oficialmente veiculada – face aos sistemas políticos alienígenas, que consideram falíveis. Dito de outro modo, ao longo do seu longo historial, o não-alinhado PCC tentou iludir sistematicamente a “lógica da dependência” oportunamente caracterizada por Bertrand Badie, na ocidentalização da ordem política em “Estados importados” (2000).

São alguns destes traços dominantes no percurso do PCC, e no discurso dos seus dirigentes, que nos merecem uma reflexão neste artigo, que abordará alguns dos aspectos que justificarão a sobrevivência do maior Partido Comunista do mundo, a sua institucionalização organizacional, mas também as suas vulnerabilidades intrínsecas. Na fase conclusiva do texto, colocaremos em confronto as principais visões dissonantes – americana e chinesa – em presença do *case study* que o PCC corporiza.

A via chinesa

Um documento oficial divulgado pela agência noticiosa Xinhua, em junho de 2021, recordava que as teorias académicas ocidentais têm denotado grande dificuldade em enquadrarem e justificarem, não somente a sobrevivência do PCC, como a ascensão meteórica da China nas diferentes dimensões do poder.

O texto serviria de antecâmara às conclusões da 6ª sessão plenária do 19º Comité Central do PCC e aos “livros brancos” sobre o funcionamento da democracia na China e à posição do PCC sobre a administração de Hong Kong.



Comum a todos os documentos é a referência à originalidade do caminho escolhido pelo PCC para o desenvolvimento da China, enfatizando o acervo civilizacional do país, a recusa em alinhar no modelo de democracia liberal do Ocidente e, não menos importante, o papel do Secretário-geral na qualidade de “núcleo central” do Comité Central do PCC e de todo o Partido, que tem agora como “ideologia-guia” o pensamento de Xi Jinping sobre o “socialismo com características chinesas na nova era”.

Na realidade, estaremos perante um tipo de revisionismo com características chinesas. Sendo certo, como sublinhou Aron, que “a oposição entre Estado revisionista e o conservador é muitas vezes enganosa” (2002: 142), não é menos certo que a via escolhida pelo PCC, o Partido-Estado, reivindica a originalidade do seu projecto ascensional.

Assumindo-se como um partido genuíno e pragmático, intimamente ligado às aspirações populares, o PCC repudia reiteradamente aquilo que considera ser o “caos da democracia ao estilo ocidental”, oferecendo em contrapartida uma “democracia que funciona” baseada em inovações teóricas, de que se destacam a adaptação do marxismo à realidade chinesa, para além do pensamento de Deng Xiaoping, a teoria da tripla representatividade de Jiang Zemin ou a teoria científica do desenvolvimento de Hu Jintao.

No plano académico, estas teorias políticas encontram respaldo nas tentativas de construção de um modelo de relações internacionais apropriado à projeção contemporânea da China, de que são exemplos as correntes tradicionalista, do realismo moral ou relacional construtivista.

Um dos grandes desafios no estudo da política externa da China prende-se, de resto, com a teorização dos padrões e comportamentos aferidos e respectivo enquadramento no plano das relações internacionais. Dito de outro modo, autores como Zhao Tingyang, Yan Xuetong ou Qin Yaking, tentam colmatar essa lacuna através das suas obras, ao procurarem integrar a China na ordem mundial.

É neste contexto que podemos enquadrar o “sonho chinês” de Xi Jinping, que propõe um processo inclusivo e harmonioso para o desenvolvimento e afirmação da China, mas também uma ordem multipolar. Trata-se de um processo de renovação ideológica e política, com recurso ao reabilitado confucionismo e ao tradicionalismo cultural, mesclado com o incontornável marxismo em versão sínica.

Mas é a lógica leninista, atribuindo ao Partido a indisputável autoridade legitimada pelo centralismo democrático, que consolida e une a trindade constituída por PCC-Estado-Exército Popular de Libertação (EPL). Por outro lado, e pese embora o figurino leninista, o PCC esforça-se por realçar a democratização dos seus processos dentro dos limites impostos pela lealdade ao Partido. O “livro branco” com o sugestivo título “A Democracia que Funciona” (Conselho de Estado da RPC: 2021), recorda que existem outros oito Partidos no sistema político chinês, mas que todos eles devem obediência ao PCC.

Na realidade, a abertura parcial do PCC a processos de cariz democrático não deve ser lido como uma liberalização ideológica, mas antes como uma tentativa de refinar e melhorar os seus métodos funcionais e orgânicos. Para Zheng Yongnian, esse processo, que apelida de “pluralismo interno”, integra a meritocracia herdada da época imperial com elementos da democracia moderna (2020:16). Por outras palavras, a construção do “socialismo com características chinesas na nova era”, tem como objectivo principal



fortalecer o próprio Partido. É ainda de notar que o PCC colocou especial ênfase no delicado processo de seleção e recrutamento para os seus quadros, transformando-se desse modo numa organização política elitista.

Entretanto, na tentativa de ultrapassar o esgotamento do modelo económico adotado desde a abertura da China ao mundo em 1978, o PCC reviu o seu posicionamento, que passa agora pela defesa de um modelo alternativo para a globalização, a proposta de novas organizações internacionais complementares e/ou alternativas ao sistema de Bretton Woods, e um destino partilhado para a humanidade. E embora o PCC não admita abertamente que o “modelo chinês” é exportável, considera que “a experiência e prática do PCC podem oferecer boas referências a outros” (*People First*: 2021). De acordo com o discurso de Xi Jinping assinalando o 95º aniversário do PCC, o que está em causa não é tanto o “modelo chinês”, mas antes a “solução chinesa”. Pouco depois, no discurso que proferiu ao 19º Congresso do PCC, Xi ficou muito perto de promover um modelo chinês de relações internacionais, ao referir que o caminho trilhado pela China “oferece uma nova opção para os outros países e nações que querem acelerar o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que preservam a sua independência” (2017).

Enquanto as Administrações norte-americanas de Trump e Biden acusam a China de ser uma potência “revisionista”, apostada em desmembrar o *statu quo* internacional (vide *Estratégia de Segurança Nacional: 2017*; *Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos: 2018*), a China contradita ao sublinhar que pretende apenas promover “mais democracia nas relações internacionais”. Por outro lado, a postura dos EUA durante a Administração Trump, hostilizando aliados e retirando-se do projeto da Parceria Transpácífica, uma medida que beneficiou a China, foi encarada por alguns observadores como uma outra estirpe de revisionismo, não menos perniciosa que a chinesa.

Reconheça-se, em todo o caso, que o conceito de “revisionismo” presta-se a diferentes interpretações, consoante as “ordens” a que se refere. Para Alastair Ian Johnston, que identifica oito “ordens” internacionais, a China é marcadamente uma potência “constitutiva”, isto é, alicerçada na concepção de soberania e territorialidade e, não menos importante, na preservação do PCC (2019: 9-60). O mesmo autor considera que a China interage com as diferentes “ordens” de modo diverso. Apoiava algumas, não apoiava outras e apoiava outras apenas parcialmente.

Laboratório político ímpar

No seu livro *The Party*, Richard MacGregor considerou a sobrevivência do Partido Comunista da China um “milagre político” (2012: 33). Se tivermos em conta que a sua inspiração fundacional, o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), foi extinto há três décadas, a asserção mostra-se válida. Há, no entanto, outras importantes variáveis em jogo. No monolítico sistema político chinês nada se perde e tudo se transforma, por obra e engenho de um Partido capaz de notável capacidade adaptativa.

Na realidade, ao longo de um século o PCC foi capaz de superar, com maior ou menor grau de sucesso, todas as suas crises e contradições internas, transformando-se no maior



e mais poderoso Partido Comunista do mundo¹. É ao PCC que se deve a inigualável projeção de poder na história da China, graças a uma gestão competente da agenda geoestratégica e geoeconómica. A China, governada por um omnipresente Partido-Estado, é um laboratório político sem paralelo.

Contudo, um dos muitos paradoxos do PCC, quiçá o principal, radica no facto de não ter conseguido alcançar o comunismo quando completou o seu centenário. Esta aparente contradição é abertamente admitida na Constituição do Partido, quando refere que “o objetivo máximo do PCC é a realização do comunismo” e que “o ideal mais importante do comunismo perseguido pelos comunistas chineses só poderá ser realizado quando a sociedade socialista estiver totalmente desenvolvida e altamente avançada”².

Um objetivo que poderá ser parcialmente alcançado em 2049, aquando da celebração dos 100 anos da implantação da República Popular da China. No léxico do PCC, esse marco do duplo centenário, assinalará o “rejuvenescimento da nação chinesa”³.

Na verdade, a quimera comunista não será facilmente alcançável, como a história da segunda metade do século XX revelou de modo dramático, com a implosão da União Soviética e do seu Partido Comunista. Alguns académicos sustentam mesmo que os soviéticos nunca chegaram a implantar o comunismo, uma vez que os dirigentes partidários da URSS teriam optado pelo capitalismo de Estado (Resnick e Wolff, 2002: 324). Outros, como David Shambaugh, vão mais longe ao vaticinarem o colapso do PCC a médio prazo. Para aquele sinólogo americano, o PCC estará fatalmente contaminado com debilidades sistémicas que poderão conduzir a um fim violento do regime (2015).

Caberá agora ao PCC e aos seus 91 milhões de militantes provarem, definitivamente, que o ideário comunista, recalibrado com “características chinesas”, consegue transformar a utopia em realidade. O pesadelo soviético seria desagradado pelo “sonho chinês” de Xi Jinping.

Embora o PCC não esconda o trauma causado pelo desaparecimento do seu homólogo soviético, tudo fazendo para que a história não se repita de forma trágica, o figurino leninista e o capitalismo de Estado subsistem como alguns dos principais pilares do Partido. O PCC, “o trunfo mais duradouro da Rússia Soviética em Política Externa” (Chang e Halliday, 2005: 39) ou o “Partido leninista com mais sucesso na História” (Zheng, 2020: 1) chama a si a tarefa de triunfar no confronto tecnocrático com o Ocidente.

Um Partido de geometria variável

O PCC divide o seu percurso centenário em três períodos: desde a sua fundação em Xangai (1921), até à proclamação da República Popular da China (1949); desde esse ano

¹ Para além da RPC, Cuba, Coreia do Norte e Laos são os outros Estados oficialmente comunistas. Só o Partido Comunista da Coreia do Norte ultrapassa o PCC em longevidade.

² *Constitution of the Communist Party of China, Revised and adopted at the 19th National Congress of the Communist Party of China on October 24, 2017*, p. 1. De acordo com o discurso oficial chinês, a China “continuará durante longo tempo na fase primária do socialismo”. No 16º Congresso do PCC, em 2002, esse período fora estabelecido em “mais de 100 anos”. Ver: *Documents of the 16th National Congress of the Communist Party of China*, Foreign Languages Press, 2002, pp. 78-79.

³ Os dois centenários estabelecidos pelo PCC têm como meta a construção de uma sociedade moderadamente próspera no centenário do Partido (2021) e uma sociedade socialista moderna quando a RPC celebrar o seu centenário (2049).



até à abertura ao mundo e início das reformas (1978); e desde a chegada ao poder do atual líder, Xi Jinping (2012).

Na versão oficial, o PCC⁴ foi fundado em julho de 1921 por uma dúzia de ativistas, na sequência do desaire sofrido pela China na conferência de Paz em Versalhes, após a Primeira Guerra Mundial, que viu as grandes potências sancionarem a ocupação nipónica da província chinesa de Shandong, e das manifestações estudantis de inspiração nacionalista que se lhe seguiram, corporizadas naquele que ficou conhecido como o “Movimento 4 de Maio” (1919).

Os comunistas chineses, que não estavam familiarizados com o marxismo, cuja teoria económica não colava com a realidade chinesa, viram, ainda assim, naquela doutrina importada da revolução bolchevique, uma cartilha ideológica pronta a usar na luta contra o imperialismo ocidental (Dreyer, 1996: 64-65).

Ao adaptarem o marxismo à situação que se vivia na China, os fundadores do PCC optaram por uma flexibilidade ideológica com características chinesas que se manteria até à atualidade. Seria Mao Tsé-Tung a alertar para a necessidade de os comunistas chineses procederem à “sinificação do marxismo”. Nessa medida, o “socialismo com características chinesas para uma nova era”, a teoria de Xi Jinping consagrada pelo PCC no seu 19º Congresso, é vista como o mais recente progresso na adaptação do marxismo ao contexto chinês.

Durante os primeiros 28 anos de existência, o PCC viu-se obrigado a obedecer aos ditames de Estaline e a combater o Partido Kuomintang, o seu arquirrival político, liderado por Chiang Kai-Chek. Revelando a notável agilidade política que o caracterizaria nas décadas seguintes, Mao chegaria mesmo a filiar-se episodicamente no Kuomintang, por indicação de Estaline.

A expedição ao norte, com o PCC ainda aliado ao Kuomintang (1924-27), a guerra revolucionária agrária (1927-37), a guerra de resistência contra o Japão (1927-37) e a guerra civil, ou “guerra de libertação” (1946-49), foram os principais marcos históricos desse período. Mao seguiu os passos de Lenine, saltando da teoria marxista para a acção, apenas invertendo a sequência.

Com a proclamação da República Popular da China, a 1 de outubro de 1949, o PCC assumiria as rédeas do poder em regime de monopólio político-institucional. Na realidade, a vitória de Mao surpreenderia Truman e Estaline (Gaddis, 2021: 47). Nascia a dinastia comunista chinesa e o Partido-Estado, numa interdependência orgânica e funcional de inspiração leninista. Pela primeira vez em séculos, a China caminhava para a união sob uma mesma bandeira.

Terminava um conturbado período, marcado por mais de quarenta mudanças do Governo central desde a implantação da república, em 1912. Todavia, a pacificação interna não estava assegurada. Externamente, Mao arriscaria a própria existência do Estado que

⁴ Atente-se na diferenciação semântica: em dezembro de 1920 foi fundado o Partido Comunista Francês e em março de 1921 o Partido Comunista Português; já o PCC, fundado em julho de 1921, adotou a designação de Partido Comunista *da China* (itálico nosso). De acordo com os autores de uma biografia de Mao Tsé-Tung, o PCC terá sido fundado em 1920 e Mao não estaria entre os fundadores do Partido. Ver Chang, J., Halliday, J. (2005). *Mao, A História Desconhecida*. Lisboa: Bertrand Editora.



acabava de criar. De facto, pouco mais de um ano após a proclamação da RPC, o exército chinês combatia os americanos na Coreia.

Em síntese, o primeiro grande passo na direção da emancipação identitária da China ocorreria com o envio de 140.000 trabalhadores para os palcos da Primeira Guerra Mundial na Europa. No rescaldo do conflito, o “Movimento 4 de Maio”, serviria de embrião à fundação do PCC.

Por outro lado, sem o combate aos japoneses, na Segunda Guerra Mundial, o PCC não teria conseguido alcançar o poder, como o próprio Mao admitiria. Na realidade, a ascensão e consolidação do poder do PCC fundam-se em factos históricos associados às duas guerras mundiais. É, desde então, que os chineses cultivam um arreigado nacionalismo de cariz anti-ocidental.

O Partido-Estado

O PCC começou por adaptar o figurino soviético de inspiração leninista à realidade chinesa. O centralismo democrático, isto é, a subordinação do indivíduo à organização e seus líderes, passou a reger o funcionamento da máquina partidária. À semelhança do PCUS, o congénere chinês instituiu na sua cúpula os órgãos com poder decisório, designadamente o Comité Central (eleito a cada cinco anos pelo Congresso do Partido), responsável por selecionar o Politburo (25 membros).

Por sua vez, o Politburo elege o seu Comité Permanente, o núcleo duro de decisores políticos, os atuais sete homens (não inclui mulheres e 70% dos membros do Partido são homens) que têm nas suas mãos o rumo a dar à China. A poderosa *nomenklatura*, na terminologia soviética. O *primus inter pares* é o Secretário-geral, que, em regra, assume também o cargo de Presidente da República e presidente da Comissão Militar Central. O Secretariado tem a importante missão de implementar as decisões do Politburo e do seu Comité Permanente.

No entanto, algumas características do PCC diferenciam-se do sistema soviético. Desde logo, a capacidade de penetração do Partido no tecido social, económico e militar. O PCC está presente em todos os cantos da sociedade, obrigando a uma lealdade incondicional. Os militares devem obediência constitucional ao Partido, bem como o sistema judicial. O mesmo se aplica ao setor público da economia, que inclui algumas das empresas mais conhecidas internacionalmente, os chamados “campeões da indústria”. É assim que o “pensamento de Xi Jinping (...) reflete a vontade comum de todo o Partido, todas as Forças Armadas e o povo de todos os grupos étnicos” (Comunicado da 6ª Sessão Plenária do 19º Comité Central do PCC).

Constitucionalmente, o governo soviético e o PCUS eram órgãos separados, embora a realidade desmentisse esse artificialismo. Na China, o PCC deixou sempre bem claro que seria o único responsável pelo controlo de toda a sociedade. Consequentemente, a estreita interligação entre Partido e Estado é indistinguível. Na linguagem oficial “é necessário assegurar que a liderança do Partido e do Estado permanece nas mãos daqueles que são leais ao marxismo, ao Partido e ao povo” (*China: Democracy That Works*: 8).



É de sublinhar que, quando os líderes mundiais reúnem com o Presidente Xi Jinping, nessa qualidade a exercer um cargo eminentemente cerimonial de acordo com a Constituição da RPC, têm antes pela frente o poderoso Secretário-Geral do PCC.

Dispensando as formalidades legais, uma vez que não está registado como organização, o Partido legitima a sua ubíqua influência na conquista do poder na sequência da guerra civil, no desenvolvimento económico e social desde a abertura da China ao mundo, na sua visão nacionalista e, acima de tudo, na pureza espiritual derivada dos dogmáticos princípios partidários, coadjuvados por uma visão culturalista enraizada na filosofia confucionista – uma espécie de código social que regula a sociedade chinesa há milhares de anos. Um contrato social que os chineses subscrevem descomplexadamente, desde que as oportunidades de prosperidade e riqueza não sejam colocadas em causa.

A implantação

Mao Tsé-Tung, o líder supremo do PCC até à sua morte em 1976, não teve urgência em reorganizar o Partido após a fundação da RPC. O primeiro plano quinquenal só foi aprovado em 1953 e o primeiro congresso do PCC apenas teve lugar em 1956 (até 1977 nenhum completou o mandato de cinco anos). Por sua vez, o Congresso Nacional Popular (CNP), fundado em 1954, não reuniu entre 1966 e 1974 (Dreyer, 1996: 90-91). Ainda em 1954 era aprovada a primeira Constituição da RPC.

Mao viria a revelar-se, paradoxalmente, o mais problemático líder do PCC. No Grande Salto em Frente (1958-1962), terá sido o responsável máximo por 36 a 45 milhões de mortes (Yang, 2008: 2; Dikötter, 2011: 1). Ao promover a transição forçada de uma economia subdesenvolvida, para uma utópica sociedade comunista moderna, Mao levou o sistema social e económico da China à beira do colapso.

Ainda mal refeito da catástrofe do experimentalismo maoísta, o povo chinês viu-se obrigado a mergulhar na Revolução Cultural (1962-1976), que viria a revelar-se mais uma página negra do PCC e do seu líder, apostado em agitar as massas através da constante inquietação revolucionária. Vendo-se como o legítimo herdeiro do marxismo-leninismo, Mao quis, mais uma vez, acelerar a transição do socialismo para o comunismo, garantindo desse modo o seu legado histórico. As purgas e perseguições políticas no seio do PCC, bem como a tortura física e psicológica e o desterro, passariam a ser comuns. O Partido ficou virtualmente paralisado. Cinco milhões de militantes seriam alvo de punições (Dikotter, 2017: 10). Os estudantes, mobilizados para o combate revolucionário, acabariam por ser das principais vítimas da revolução cultural. Xi Jinping seria um deles. O ensino na China atrasaria uma década.

A adoção da liderança coletiva e a abolição do culto da personalidade e do “pensamento de Mao” como guia ideológico, tinham ficado consagradas no 8º Congresso do PCC, mas nos 12 anos seguintes Mao conseguiu reverter esses princípios. No 9º Congresso do PCC (1969), liderado por um Mao politicamente ressuscitado, a revolução cultural foi oficialmente declarada “um grande sucesso” (Li, 1994: 508). Foi nesse ano que Mao passou a considerar a União Soviética, e não os EUA, a maior ameaça à segurança da China.



A aproximação aos EUA constituiria o maior êxito da fase final da carreira política de Mao. Uma manobra primorosamente executada pelo mestre da tática que era Chu Enlai, o Primeiro-ministro.

A retificação histórica

A morte de Mao Tsé-Tung e a consequente assunção do poder por parte do anteriormente ostracizado Deng Xiaoping, abriu um capítulo de primordial importância na evolução do PCC, que procedeu a um inédito exercício de autocritica, numa tentativa de retificar o delicado legado maoísta.

A importante Resolução sobre a História do PCC, adotada na 6ª sessão plenária do 11º Comité Central do Partido (1981), passou em revista a atuação "arbitrária" de Mao Tsé-Tung e os seus "erros teóricos e práticos". Particular atenção mereceu o período da revolução cultural, que "não se conformou nem com o marxismo-leninismo, nem com a realidade chinesa". Embora o PCC tenha considerado Mao o principal responsável pela catástrofe social desencadeada pela revolução cultural, ao "confundir o povo com o inimigo", a resolução deixou claro que o valor científico do "pensamento de Mao" continuava válido como farol ideológico do Partido.

Ao expor abertamente as feridas abertas por um líder "divorciado da realidade e das massas", o PCC pretendeu iniciar um processo de regeneração interna, ao mesmo tempo que validava o projeto reformista de Deng Xiaoping. Mas a abertura da China ao mundo, iniciada em 1978, e o resultante desenvolvimento económico, comportava riscos existenciais para o PCC que viriam a revelar-se de forma dramática.

Tiananmen

O PCC não voltaria a produzir um documento semelhante à resolução autocrítica de 1981 sobre os desaires da revolução cultural. As causas e efeitos dos acontecimentos de Tiananmen, em 1989, seriam obliterados da historiografia oficial. A documentação oficial do PCC é omissa sobre o agitado período, que poderia ter derrubado o Partido do poder, embora esse não fosse o objetivo dos estudantes contestatários (Zhao, 2009: 79).

Todos os regimes autoritários dependem em maior ou menor grau da repressão e Deng Xiaoping, mais leninista que maoísta, não hesitou em valer-se do "poder disciplinar" na aceção de Foucault. Contudo, ao recorrer ao uso da força para estancar a hemorragia interna do PCC, provocada pelas manifestações estudantis, o legado de Deng Xiaoping, o grande estadista responsável pela modernização da China, ficaria irremediavelmente manchado. Inversamente, Gorbachev, o polémico líder responsável pela implosão da União Soviética, seria galardoado com o prémio Nobel da Paz.

Uma década antes, Deng chegara a ventilar a possibilidade de uma separação entre Partido e Estado, uma reforma nunca concretizada, desde que se mantivesse como regra inquebrável a impossibilidade de liberalização política à luz do modelo tripartido de separação de poderes adotado no Ocidente. Essa linha vermelha seria mantida e reforçada pelas lideranças subseqüentes do PCC.



O Partido *Civilizacional* da China

Um Partido Comunista centenário, no poder em regime de monopólio e governando há tanto tempo quanto o PCUS governou a antiga União Soviética, é obrigado a cuidar em permanência da sua legitimação.

Uma das chaves para a compreensão da perenidade do PCC estará na observação judiciosa de Bertrand Russel, quando concluiu que “a China não é tanto uma entidade política, mas antes uma civilização” (1993: 208). Dito de outro modo, o princípio da unidade nacional firma-se na valorização da herança civilizacional. Daqui decorre um sentimento de superioridade moral face ao Ocidente que o PCC cultiva recorrentemente. Nessa medida, mais do que um intérprete da história da China, o PCC situa-se como ator central dessa história. A sua legitimação privilegia a perspectiva historicista em detrimento da perspectiva ideológica.

É essa tese culturalista, baseada no excecionalismo chinês, que legitima a originalidade do sistema político, transformando o PCC no exclusivo representante e guardião de uma determinada verdade histórica. A virtude de inspiração confucionista moldou-se aos valores socialistas, daí resultando as “características chinesas”.

Para Zhang Wewei, é o “Estado civilizacional”, liderado e interpretado pelo PCC, que permitiu a “maior revolução económica e social da humanidade” (2012:2). O académico chinês recorda que a China conseguiu fundir, com sucesso, a civilização mais longeva com um Estado moderno. Trata-se de uma unidade forjada na História e no hábito, superior a qualquer forma de governo.

Uma outra leitura encontra justificação na aversão da sociedade chinesa ao caos, tantas vezes vivido na sua história. Na verdade, o discurso oficial não perde uma oportunidade para enfatizar o papel aglutinador do PCC, verdadeiro dínamo de um país formado por 56 grupos étnicos. Como recorda o historiador Niall Ferguson, se a China fosse organizada como a Europa, teria de ser dividida em 90 Estados-nação (2012: 10).

A institucionalização

As sociedades não ocidentais debatem-se entre a lógica da adaptação e a lógica da inovação (Badie, 2000: 2). A sociedade chinesa não é exceção. Ao longo de um século o PCC conseguiu, de algum modo, mitigar as forças contraditórias do sistema político que implantou.

E embora o PCC tenha recuperado a lógica imperial no seu *modus operandi* e no posicionamento da China como ator internacional, a institucionalização de processos de transição na elite dirigente permitiu que a quinta geração a chegar ao poder tenha ao seu dispor um inédito poder global.

O PCC não só está plasmado na máquina do Estado como a controla em todas as dimensões, transformando-se num “Partido estatal sem complexos” (Rios, 2021: 304). Essa supervisão tem sido intensificada através das reformas orgânicas implementadas por Xi Jinping nas esferas judicial, militar e legislativa, a um ritmo inédito, que criam um novo impulso à trajetória política e económica da China. A liderança encabeçada por Xi



terá embarcado num processo de transformações institucionais que têm por objectivo reverter muitas das mudanças consolidadas pela relativa liberalização das últimas décadas (Economy, 2018: 5; Bowring, 2021:239).

Para Huntington “a probabilidade de uma organização com 100 anos sobreviver mais um ano é, talvez, 100 vezes maior do que a probabilidade de uma organização com um ano sobreviver mais um ano” (1968: 13-14). Talvez seja por isso que os documentos oficiais refiram que “o PCC, Partido com cem anos, que luta pela prosperidade duradoura da nação chinesa, está na *flor da idade*” [itálico nosso] (Comunicado da 6ª Sessão Plenária do 19º Comité Central do PCC).

O núcleo do PCC

Xi Jinping é um líder transformacional, só comparável a Mao e Deng, líderes carismáticos. Está imbuído de uma infabilidade histórica quanto à missão de transformar a China na mais poderosa das nações. Mas Xi não será carismático, antes racional no sentido weberiano. Mantém o Partido afastado da liberalização, rejeitando firmemente a divisão de poderes e o parlamentarismo e não hesita em recorrer aos instrumentos repressivos do Estado. É um líder forte, com um projecto político bem definido. Traçou as linhas vermelhas quando, na primavera de 2013, um memorando interno do PCC (documento nº 9), elencou as principais ameaças existenciais do Partido, incluindo a democracia constitucional de matriz ocidental e o neoliberalismo (Bougon, 2018:153-158).

Quando assumiu a liderança da quinta geração a alcançar o poder na China, em 2012, o *Financial Times* referia a possibilidade de Xi ser “simpático às reivindicações para um sistema político mais liberal”⁵. Não só essa predição se mostrou errónea, como Xi viria a revelar um estilo de forte liderança unipessoal, ao mesmo tempo que neutralizava a governação coletiva – que nunca funcionou plenamente – e a proibição do culto da personalidade advogadas pelo PCC desde Deng Xiaoping.

Uma primeira consagração de Xi ocorreu no 19º Congresso do PCC, em 2017. Em apenas cinco anos, Xi conseguiu consolidar o seu poder e inscrever a sua doutrina na Constituição do PCC, colocando-se desse modo a par dos sacralizados Mao e Deng no panteão dos líderes imortais.

Tratou-se de uma medida com grande significado político, uma vez que Deng Xiaoping só viu o seu nome inscrito na Constituição do PCC após a sua morte, e Jiang Zemin apenas conseguiu que a sua “teoria da tripla representatividade” (traduzida na cooptação do empresariado pelo Partido) fosse reconhecida depois de ter saído do poder. Por sua vez, a “teoria do desenvolvimento científico” de Hu Jintao foi inscrita na Constituição após o seu primeiro mandato, mas apenas elevada a “guia para a ação” depois de ter abandonado o cargo.

Mais recentemente, o Partido passou a marcar uma nítida linha divisória entre o período das reformas espoletado por Deng e uma “nova era” de 30 anos, iniciada em 2020. Nos primeiros 15 anos, até 2035, Xi quer ver consolidadas as fundações de uma sociedade

⁵ Anderlini, Jamil, “The leadership: focus on the next generation as transition gets under way”, *Financial Times*, October 26, 2011. [Em linha] Consultado em 23.11.2021. Disponível em: <https://www.ft.com/content/ec0d167e-f8c3-11e0-ad8f-00144feab49a>



“moderadamente próspera” e na segunda etapa de 15 anos, até 2045, concretizada a modernização da “sociedade socialista”.

Grande parte da meteórica ascensão de Xi foi justificada pela campanha de purificação interna no combate à corrupção, que atingiu milhares de membros do Partido e Forças Armadas, incluindo destacados dirigentes. Em causa estará uma verdadeira “revolução ética” destinada a sustentar a legitimação do Partido (Zhang e McGhee, 2017). É inegável, no entanto, a notável capacidade de mobilização partidária e nacional de Xi, que vai muito para além das purgas internas no seio do Partido. Ao apelar a sentimentos nacionalistas, Xi invoca e consagra a sua legitimidade emocional.

Em síntese, desde o início do presente século que a China vem explorando as oportunidades estratégicas evidenciadas no 16º Congresso do PCC, mas é no consulado de Xi Jinping que a China mostra todo o seu poder e assertividade. A narrativa oficial veiculada por Xi eliminou definitivamente a estratégia discreta para a afirmação externa da China recomendada por Deng Xiaoping.

A China, que poderá ascender à condição de maior potência económica mundial num futuro não muito distante, está agora a “aproximar-se do centro do palco”, sendo já “uma líder em termos de força nacional e influência internacional” (Xi, 2019: 9-25). Também quer construir umas forças armadas poderosas, “capazes de ganhar guerras”, possuindo já a maior marinha de guerra do mundo, para além de ter colocado em curso um ambicioso plano de rearmamento nuclear e dispor de avançadas tecnologias disruptivas, designadamente mísseis hipersónicos, armas de pulso eletromagnético e ciberarmas. Na realidade, como salientou Aron, “os Estados podem ser proféticos, mas são sempre armados” (2002: 131).

Conclusões

O PCC não venceu a utopia, mas ultrapassou-a. Ao longo da sua história, o PCC aprendeu a (sobre) viver com inúmeros paradoxos e contradições. Transformou-se numa máquina centrifugadora híbrida, capaz de absorver, regenerar e devolver à sociedade as diferentes abordagens políticas e económicas. Combina autoritarismo com pragmatismo. É uma organização resiliente, dirigida atualmente por um líder resiliente.

A China não inventou o marxismo-leninismo, o nacionalismo ou o capitalismo. No entanto, o PCC tem vindo a revelar-se um exímio cultor destas correntes aparentemente antagónicas. Mas é principalmente ao nacionalismo, e à “comunidade política imaginada”, que o PCC vai resgatar a sua legitimidade.

Uma legitimidade que a China quer ver transposta para o cenário internacional, onde, mais do que assumir um papel central, pretende ver validada a sua proposta para uma nova ordem centrada no desenvolvimento, de que a proposta Uma Faixa, Uma Rota – *Belt and Road Initiative* (BRI) é exemplo, daí decorrendo claras implicações geopolíticas e geoeconómicas. Trata-se de uma visão global sem precedentes. É nesse contexto que o académico Zhang Weiwei, autor de *The China Wave: Rise of a Civilizational State*, integra uma corrente intelectual chinesa que, para além de rejeitar qualquer emulação com modelos políticos ocidentais, considera ter chegado a hora de a China influenciar o mundo.



Por outro lado, a estabilidade e a qualidade da governação são créditos que alguns círculos ocidentais denotam dificuldade em reconhecer aos dirigentes chineses. Os indicadores externos de desenvolvimento económico são extraordinários e a conjugação estratégica de poder brando com o poder duro (na aceção de “poder inteligente” de Nye) também, mas é o facto de o PCC ter conseguido retirar 800 milhões de chineses da pobreza, 10 anos antes do previsto para o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentado (ODS) estabelecidos pela ONU, que impressiona pela escala e implicações socioeconómicas.

Nas constituições da República Popular e do PCC, encontramos o obrigatório léxico comunista referindo uma ditadura democrática popular, o centralismo democrático e a luta pela classe trabalhadora. Na verdade, o “proletariado” deu lugar aos empresários cooptados pelo Partido ao tempo de Jiang Zemin, e a “luta de classes” é agora reduzida à contradição evidenciada na desigualdade social provocada pelo desenvolvimento económico desenfreado. Uma fragilidade estrutural que o PCC admite abertamente nos seus documentos oficiais.

Tudo somado e volvido um século, é inegável que o PCC conseguiu alcançar um dos principais objectivos que presidiu à sua fundação: a transformação da China num país forte e independente. O PCC conduziu a China a um patamar nunca alcançado na sua longa história, desfrutando finalmente de *poder e prestígio* na aceção que Morgenthau lhe atribuiu (1985: 714).

E se alguns profundos conhecedores da realidade chinesa, como Susan Shirk (2007) ou David Shambaugh (2008; 2015) sustentam a tese do irreversível declínio do PCC a médio prazo, elencando conhecidas fragilidades sistémicas, ressalve-se que as reformas institucionais implementadas por Xi Jinping, abrangendo o funcionamento do PCC e das Forças Armadas, têm vindo a modernizar e fortalecer a relação PCC-Estado-EPL. De facto, Xi tem operado no sentido de racionalizar a arquitetura institucional do PCC; ponto fundamental é a necessária – e exigida – acomodação e lealdade de todos os actores sociais à dinâmica hegemónica do PCC. Também não é crível que a relativa neutralização da liderança coletiva – que como frisámos nunca funcionou plenamente – tenha consequências contraproducentes na nova orgânica institucional implementada na governação de Xi.

Os indicadores disponíveis indicam que o PCC desfruta de um elevado grau de popularidade, ao mesmo tempo que a elite partidária mantém a necessária coesão. Fatores cruciais para a perpetuação da necessária legitimidade e que nos levam a concluir que a sede do poder estratégico no sistema político chinês – o PCC – não estará ameaçada num futuro próximo. O grande desafio do líder máximo do PCC será antes operar a transição entre o autoritarismo e a inovação tecnológica.

A China, com um regime autocrático liderado pelo resiliente PCC, não pretenderá exportar a sua ideologia marxista-leninista-maoísta e agora xiísta. Antes reclama a legitimidade de um modelo alheio ao conceito de universalismo impregne na ordem política do Ocidente. De resto, também Huntington chamaria oportunamente a atenção para o facto de o Ocidente ser único, mas não universal (1996).

A nova postura assertiva e auto-confiante da China, anulando a teoria da “ascensão pacífica”, teve como consequência uma política reativa por parte de Washington, as principais capitais europeias e até da OTAN, que considera a China “um rival sistémico



de espectro total,” (NATO, 2020:27). Para a União Europeia (UE), por exemplo, a China é agora “um adversário sistémico que promove modelos alternativos de governação” (2019), sendo também “uma parceira, uma competidora e uma rival” (Borell, 2021). Por outro lado, a crise pandémica serviu de catalisadora a uma clarificação geopolítica no relacionamento entre as principais potências do Ocidente e a China. Na realidade, o PCC conseguiu granjear um poder sem precedentes na história da China, mas como alertou Kissinger, “a questão é saber se é possível criar um sistema internacional tendo a China como participante sem que ela domine o sistema” (2011: 43).

Em suma, há mais de um século que o mundo vive dividido entre as visões de Lenine e Woodrow Wilson, numa clivagem ideológica perene. Será a qualidade da governação e a batalha pela liderança tecnológica a decidir se haverá vencedores ou apenas vencidos na titânica disputa entre grandes potências. Dito de outro modo, se verá se a China ficará mais parecida com o mundo, ou o mundo com a China.

Referências

- Anderson, B. (2021). *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70.
- Aron, R. (2002). *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Badie, B. (2000). *The Imported State*. California: Stanford University Press.
- Bougon, F. (2018). *Inside the Mind of Xi Jinping*. London: C. Hurst & Co.
- Borrell, J. (2021). *The EU needs a strategic approach for the Indo-Pacific*. [Em linha] Consultado em 14.12.2021. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/94898>
- Chang, J., Halliday, J. (2005). *Mao, A História Desconhecida*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Comunicação Conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho UE-China – *Uma Perspetiva Estratégica* (2019). [Em linha] Consultado em 29.04.2021. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019JC0005&from=EN>
- Comunicado da 6ª Sessão Plenária do 19º Comité Central do Partido Comunista da China (2021). [Em linha] Consultado em 17.11.2021. Disponível em: <https://portuguese.xinhuanet.com>
- Dickson, B. J. (2016). *The Chinese Communist Party's Strategy for Survival*. Oxford University Press.
- Documents of the 16th National Congress of the Communist Party of China* (2002). Beijing: Foreign Languages Press.
- Dreyer, J. T. (1996). *China's Political System*. Massachusetts: Allyn & Bacon.
- Economy, E. C. (2018). *The Third Revolution*. New York: Oxford University Press.
- Fewsmith, J. (2018). “The 19th Party Congress: Ringing in Xi Jinping’s New Age” *China Leadership Monitor*, No.55, January 23.
- Gaddis, J. (2021). *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70.



- Huntington, S. P. (1968). *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.
- Huntington, S. P. (1996). "The West: Unique, Not Universal". New York: *Foreign Affairs*, Vol. 75, pp. 28-46.
- Johnston, A. I. (2019). "China in a World of Orders". *International Security*, Vol. 44, nº 2, pp. 9-60.
- Kissinger, H, Niall Ferguson, Fareed Zakaria, David Li (2012). *O Século XXI Pertence à China?* Rio de Janeiro: Elsevier.
- McGregor, R. (2012). *The Party, The Secret World of China's Communist Rulers*. New York: Harper Perennial.
- Morgenthau. H. J., Thompson, K. W. (1985). *Politics Among Nations*. New York: Alfred A. Knopf.
- National People's Congress Observer. *Constitution of the People's Republic of China* (2018). [Em linha] Consultado em 20.12.2021. Disponível em https://www.constituteproject.org/constitution/China_2018.pdf?lang=en
- NATO, 2020. *NATO 2030. United for a New Era*. [Em linha] Consultado em 10.11.2021 Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2020/12/pdf/201201-Reflection-Group-Final-Report-Uni.pdf.
- New China Research Xinhua News Agency. *People First – Political Commitment of the Century-old Communist Party of China* (2021). [Em linha] Consultado em 25.10.2021. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2021-06/29/c_1310032889.htm
- Resolution on CPC History* (1981). Beijing: Foreign Languages Press. [Em linha] Consultado em 23.11.2021. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/china/documents/cpc/history/index.htm>
- Resnick, S., Wolff. R. (2002). *Class Theory and History: Capitalism and Communism in the USSR*. London: Routledge.
- Rios, X. (2021). *A Metamorfose do Comunismo na China*. Pontevedra: Ágora K.
- Russel, B. (1993). *The Problem of China* (first published in 1922 by George Allen & Unwin Ltd). Nottingham (UK): Spokesman.
- Shambaugh, D. (2008). *China's Communist Party: Atrophy and Adaptation*. University of California Press.
- Shambaugh, D. (2015). *The Coming Chinese Crackup*. Wall Street Journal. [Em linha] Consultado em 30.12.2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/the-coming-chinese-crack-up-1425659198>
- Shirk, S. L. (2007). *China – Fragile Power*. New York: Oxford University Press.
- The State Council Information Office of the People's Republic of China. *China and the World in the New Era* (2019). [Em linha] Consultado em 05.02.2022. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/27/content_WS5d8d80f9c6d0b_cf8c4c142ef.html



The State Council Information of the People`s Republic of China. *China: Democracy That Works* (2021). [Em linha] Consultado em 02.01.2022. Disponível em: http://www.news.cn/english/2021-12/04/c_1310351231.htm

Xi, J. (2014). *The Governance of China*. Beijing/Washington: ICP Intercultural Press.

Xi, J. (2017), *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era*. Delivered at the 19th National Congress of the Communist Party of China. [Em linha] Consultado em 10.09.2021. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf

Zhang, W. (2012). *The China Wave Rise of a Civilizational State*. New Jersey (USA): World Century Publishing Corporation.

Zhang, S., McGhee, D. (2017). *China`s Ethical Revolution and Regaining Legitimacy*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.

Zheng, Y., Gore, L. P. L. (Eds.) (2020). *The Chinese Communist Party in Action*. London: Routledge.